

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)1
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras11
Pontuação13
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio,
preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem22
Concordância verbal e nominal67
Regência verbal e nominal83
Colocação pronominal94
Crase
ΛΟΝΙΙΓΟΙΜΕΝΤΟΟ ΒΕΡΑΘΌΘΙΟΘΟ
CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS
Fundamentos da Educação: Psicológicos, Sociológicos, Filosóficos e Antropológicos1
História da Educação Brasileira: Escola, Estado e Sociedade
Política Educacional
Estrutura e Organização da Educação90
Gestão Escolar Democrática: projeto pedagógico103
Avaliação institucional113
Avaliação do processo de ensino e aprendizagem124
Currículo
Projeto Pedagógico
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
LEGISLAÇÃO
LEGISLAÇÃO FEDERAL: Constituição Federal e emendas relacionadas à Educação1
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações (LEI Nº 9.394, DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1996)4
Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990)31
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o
Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva
Revista da Educação Especial, v. 4, n. 1, jan./jun. 2007 ^a
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (*) Lei nº 12.501 de 13/03/2006, que institui o Sistema Municipal
de Ensino
Lei Municipal nº 12.987 de 28/06/2007, que dispõe sobre o plano de Cargos, Carreiras e
Vencimentos do Magistério Público Municipal de Campinas
Lei Orgânica do Município de Campinas, de 30/03/1990, Art. 222 a 238150
Lei Complementar nº 57/2014 (altera dispositivos da Lei nº 12.987/2007)152
Portaria SME nº 69/2018 (Regimento Escola Comum da Rede Municipal de Ensino de
Campinas)155
Estatuto do Servidor Público de Campinas - Lei Municipal nº 1.399/55 (Artigo 15 e Artigos
184 a 204)
Decreto Municipal nº 15.514/06, que dispõe sobre o Programa de Avaliação Probatória do
Servidor195
Manual de Ética da Prefeitura Municipal de Campinas - páginas 4 a 27199





CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Avaliação do processo de ensino e aprendizagem1
Currículo: Currículo e ciclos do desenvolvimento humano
Currículo e os direitos dos educandos e dos educadores;
Currículo, conhecimento e cultura43
Currículo e avaliação
Legislação Educacional Municipal: Lei Municipal nº 11.689, de 06/03/2003, e Decreto
Municipal nº 14.524, de 14/11/2003, que dispõem sobre o repasse de recursos financeiros às
unidades educacionais públicas municipais - Conta Escola;
Lei Municipal nº 6.662/1991, que dispõe sobre a criação do Conselho de Escola nas
unidades educacionais;
Lei Municipal nº 7145/1992, que estabelece o objetivo, a competência e dá normas de
funcionamento do Conselho das Escolas Municipais;
Lei Municipal nº 8.869/1996, que dispõe sobre a criação, a composição, as atribuições e o
funcionamento do Conselho Municipal de Educação;90 Lei Municipal nº 6.894/1991, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal e
Lei Municipai nº 6.894/1991, que dispoe sobre o Estatuto do Magisterio Publico Municipai e
suas alterações
Resolução SME Nº 14/2014. Publicada no D.O. de Campinas em 24 de outubro de 2014, p.
5-8 Estabelece as diretrizes para a implementação da Avaliação Institucional da Educação
Infantil e para a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na Rede Municipal de Ensino de Campinas
Avaliação Institucional Participativa: uma Alternativa para a Educação Básica de Qualidade
da Rede Municipal de Ensino de Campinas e Fundação Municipal para Educação Comunitária.
A Avaliação Institucional como Instância Mediadora da Qualidade da Escola Pública: A Rede
Municipal de Educação de Campinas como Espaço de Aprendizagem117
Resolução SME Nº 05/2008. Estabelece as diretrizes para a implementação do processo de
Avaliação Interna das Unidades Municipais de Ensino Fundamental e para a constituição da
Comissão Própria de Avaliação128
Resolução SME N°16/2018, Estabelece Diretrizes e Normas para o Planejamento, a
Elaboração e a Avaliação do Projeto Pedagógico das Unidades Educacionais da Rede
Municipal de Ensino de Campinas. Diário Oficial de Campinas, Campinas, SP: 2018130
Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens
e adultos anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação135
Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos - Anos
Finais: um processo contínuo de reflexão e ação222
Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil: um processo contínuo
de reflexão e ação257
Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais: Um
processo Contínuo de Reflexão e Ação273

